

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

Sistema Único de Assistência Social SUAS

Bernardeth Gondim



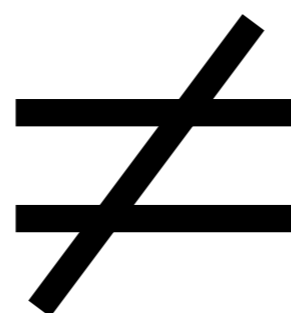
Recife, 2020

Assistência, Assistência Social e Política de Assistência Social

- **Concepção da Assistência Social**
- **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**
- **Proteção Social Básica, Especial de Média e de Alta Complexidade**

Assistência Social - Concepções

- Ajuda,
- Caridade,
- Boa ação,
- Generosidade,
- Solidariedade...



Política de Direitos de
responsabilidade estatal destinada
a todos a quem dela precisar



Sistema de Seguridade Social

● Previdência Social

● Saúde

● Assistência Social

➔ A quem Contribui

➔ A todos

➔ A quem necessitar



Política de Proteção Social

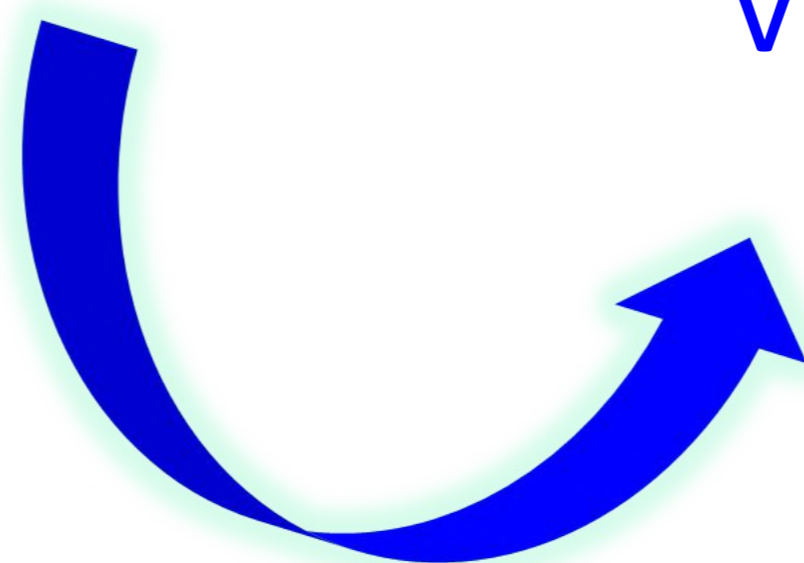
Deixar o destinatário, alcançável de outras Políticas
(Educação, Saúde, Trabalho, Moradia, Saneamento...)

Assistência Social

- Política de Direitos,
- Não contributiva,
- Estatal (podendo ser também da sociedade),
- Garantia de mínimos sociais,
- Necessidades básicas.

Destinação

- ✗ Família;
- ✗ Maternidade;
- ✗ Infância;
- ✗ Adolescência;
- ✗ População idosa;
- ✗ Pessoas com deficiência;
- ✗ População em situação de vulnerabilidade ou risco.





Política de Assistência Social

*“A assistência social, **DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO**, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.*

(Art. 1º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - LOAS).

Princípios do SUAS

I - universalidade

- Todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada **a quem dela necessitar**, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição

II - gratuidade

- A assistência social deve ser prestada **sem exigência de contribuição ou contrapartida**, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso

III - integralidade da proteção social

- **Oferta das provisões em sua completude**, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais

IV – intersectorialidade

- Integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais

V – equidade

- **Respeito às diversidades** regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social

LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. (Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências)

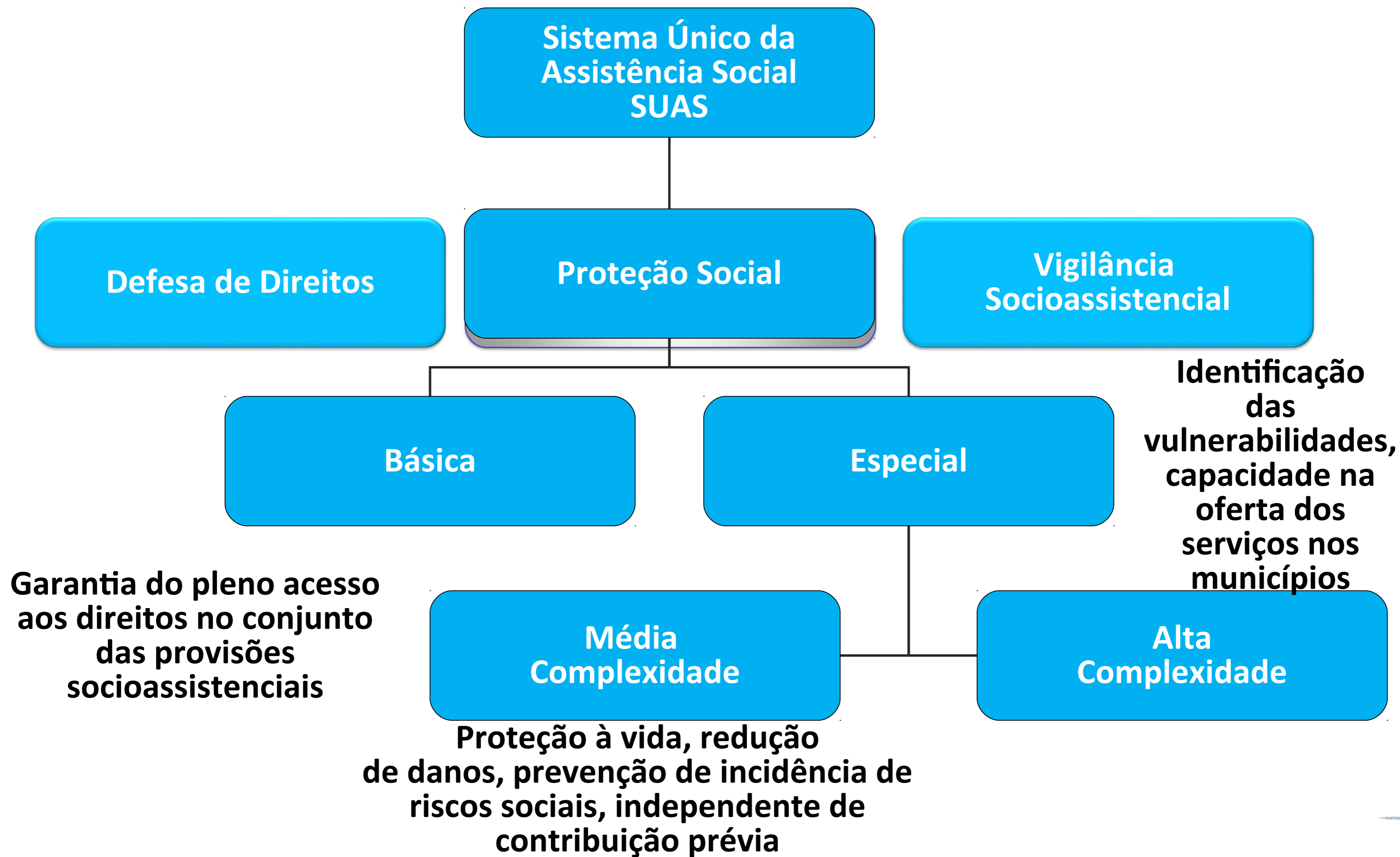
Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o **caput** deste artigo.

FUNÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

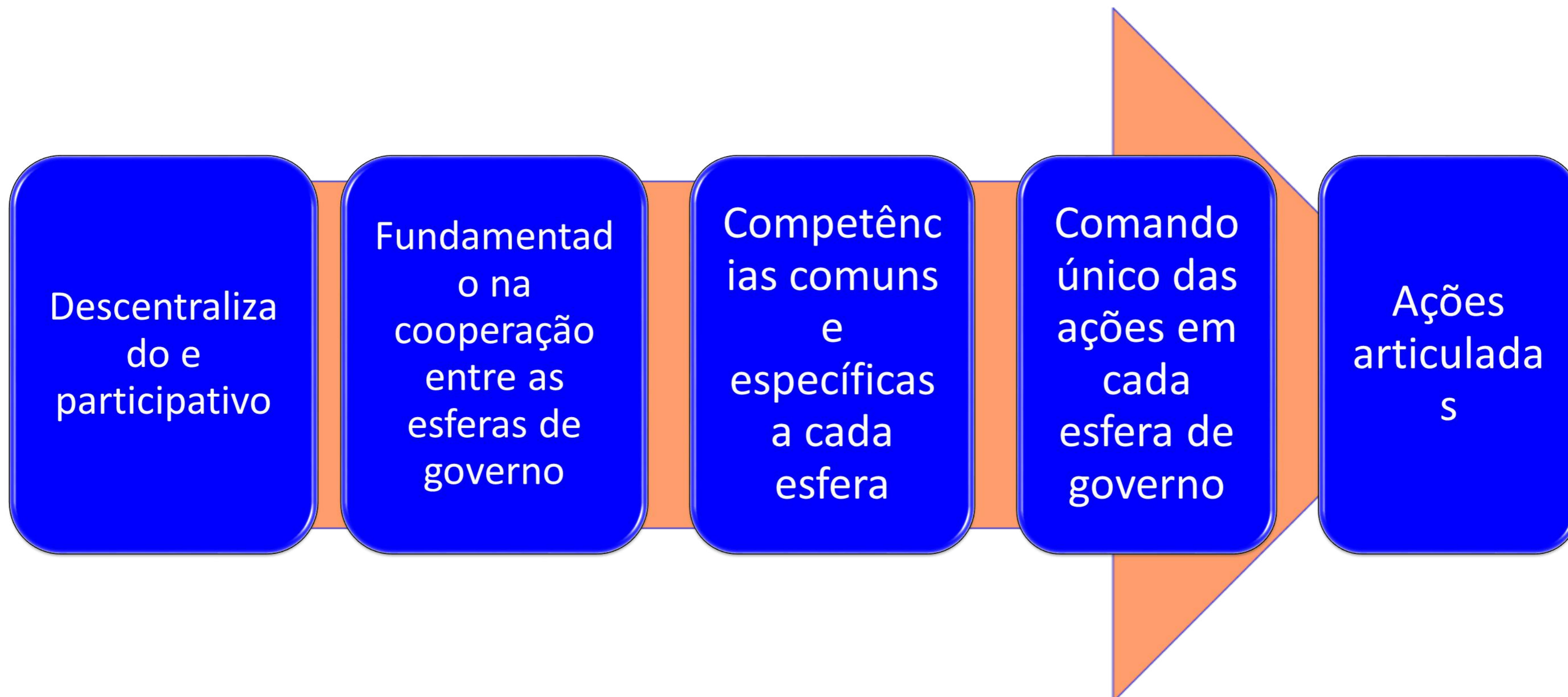


Sistema Único de Assistência Social - SUAS



Sistema público não contributivo,
descentralizado e participativo,
denominado SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

Modelo de Gestão do SUAS



Responsabilidades na Promoção da Assistência Social

UNIÃO

- Coordenação, Normatização, Cofinanciamento e Acompanhamento.

ESTADO

- Assessoria Técnica, Cofinanciamento, Monitoramento, Capacitação, Pesquisas, Diagnósticos e Regionalização.

MUNICÍPIO

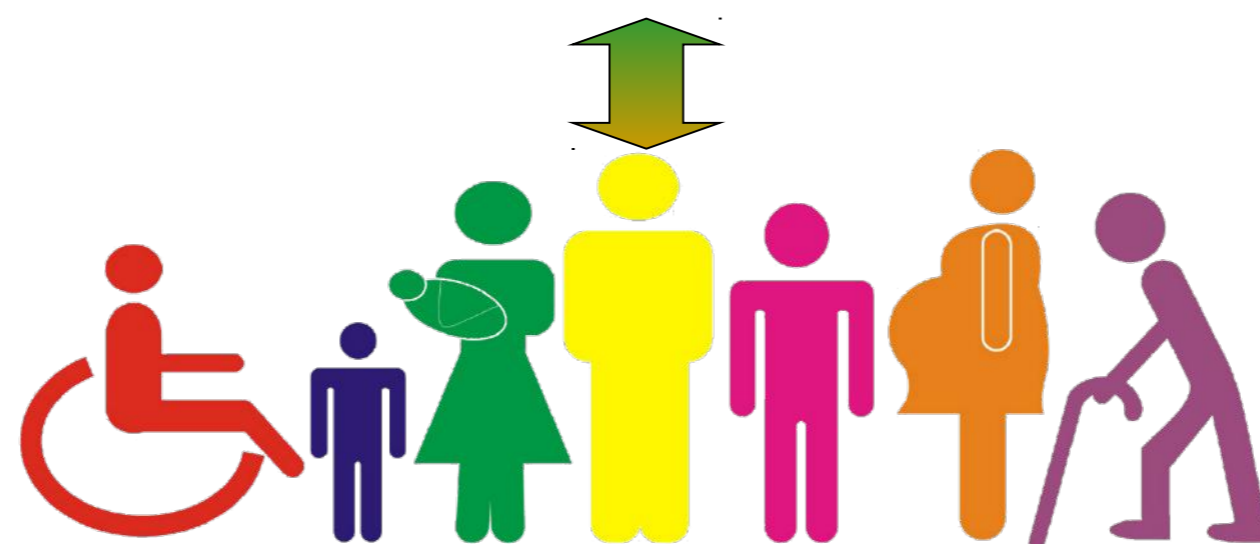
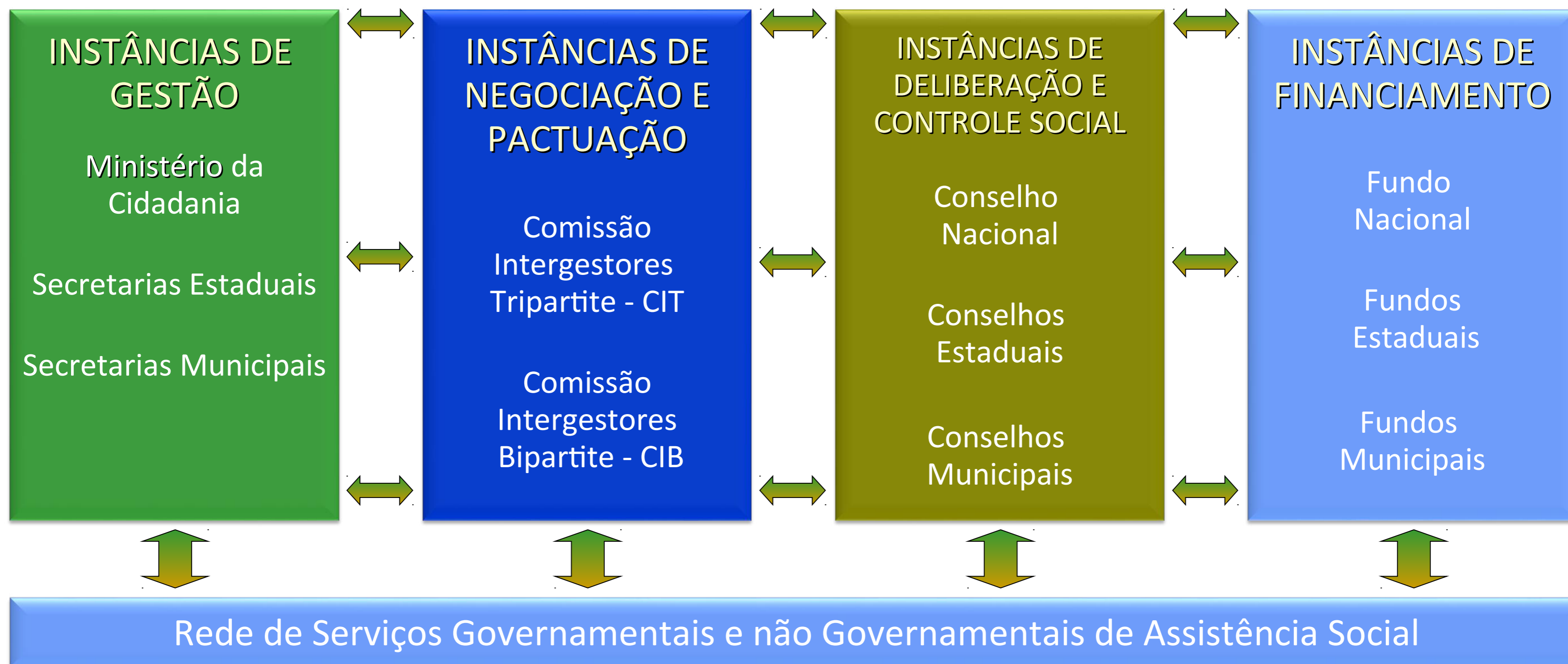
- Cofinanciamento e Execução dos Serviços, Programas, Projetos e Oferta de Benefícios.

Fonte: LOAS, 1993. NOBSUAS, 2012.

Marco Legal

- Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204);
- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS 1993 (alterada em 2011);
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004;
- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – 2009;
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH 2006;
- Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS 2012;
- Decretos, Portarias, Instruções Normativas;
- Resoluções Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- Pactuações Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

Sistema Único de Assistência Social



O SUAS e o Cofinanciamento

Ações de Assistência Social

SERVIÇOS

**PROGRAMAS E
PROJETOS**

BENEFÍCIOS

Modalidade de Cofinanciamento

**Transferência
Regular e
Automática**

Transferência direta

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: PARCEIRAS IMPORTANTES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A aprovação da Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil- MROSC, representa uma grande conquista. Com sua entrada em vigor em 23 de janeiro de 2016 na União, Estados e Distrito Federal, e nos Municípios em 1º de janeiro de 2017, passa a ser estabelecido um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações por meio de novos instrumentos jurídicos:

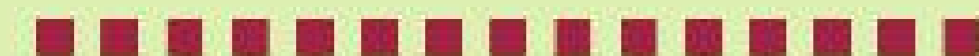
Os termos de Fomento e de Colaboração, no caso de parcerias com recursos financeiros, e o Acordo de Cooperação, no caso de parcerias sem recursos financeiros.

A Lei 13.019/2014 traz como principal avanço a criação de um regime jurídico próprio para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil. São instituídas as relações de Fomento e de Colaboração, por meio de instrumentos específicos, que reconhecem de forma inovadora essas duas dimensões de relacionamento entre as OSCs e o poder público.

Serviços Socioassistenciais

São aqueles que garantem:

- Fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
- Referência para escuta e apoio sociofamiliar e informação para garantia de direitos;
- Geração de trabalho e renda;
- Orientação para outras políticas públicas;
- Prevenção;
- Atendem situações de violação de direitos violados ou ameaçados.



Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Texto da RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009
Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009

2009

Serviços Socioassistenciais

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Serviços Socioassistenciais

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- abrigo institucional;
- Casa-Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Centros de Referência da Assistência Social - CRAS



- É uma unidade pública estatal que oferece serviços da Proteção Social Básica às famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Funções do CRAS oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF e a gestão territorial.

329 CRAS

184 municípios e DEFN

Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família-PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O trabalho social com famílias é realizado no âmbito do PAIF. É um conjunto de procedimentos realizados com o objetivo de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de uma família. Este trabalho estimula as potencialidades das famílias e da comunidade, promove espaços coletivos de escuta e troca de vivências.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

- SCFV

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA



E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

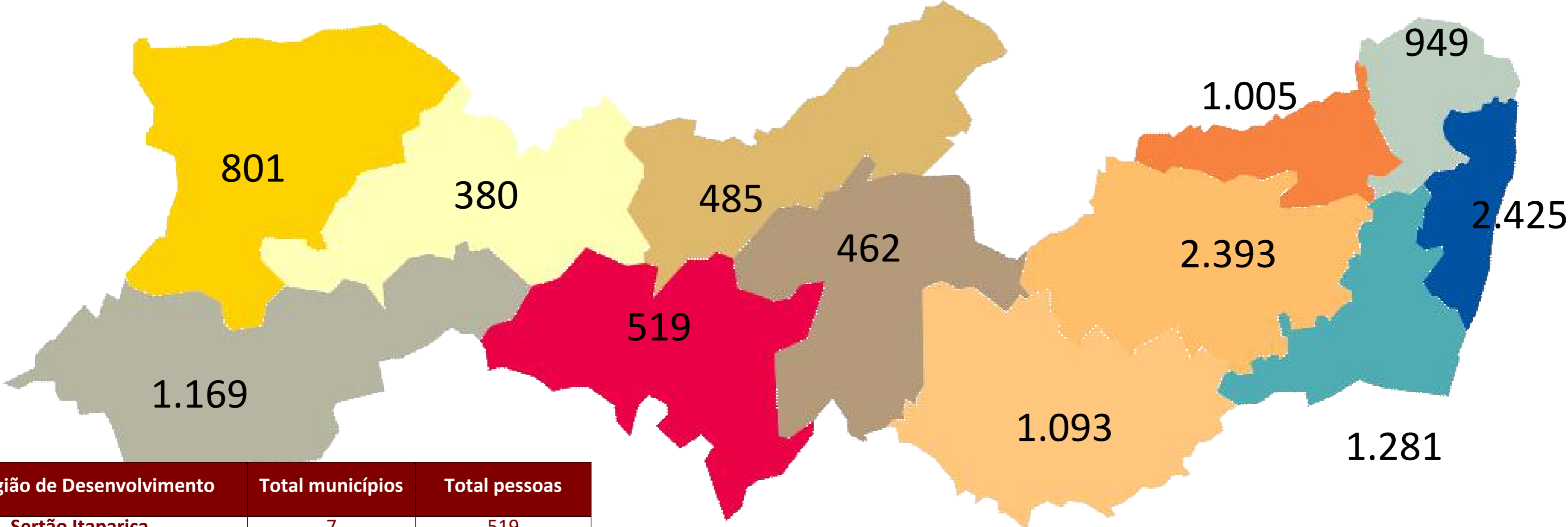
- Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

72.409 atendidas no SCFV no estado

533 Grupos

100% dos municípios

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV



Região de Desenvolvimento	Total municípios	Total pessoas
RD 01 - Sertão Itaparica	7	519
RD 02 - Sertão São Francisco	7	1.169
RD 03 - Sertão Araripe	10	801
RD 04 - Sertão Central	8	380
RD 05 - Sertão do Pajeú	17	485
RD 06 - Sertão Moxotó	7	462
RD 07 - Agreste Meridional	26	1.093
RD 08 - Agreste Central	26	2.393
RD 09 - Agreste Setentrional	19	1.005
RD 10 - Mata Sul	24	1.281
RD 11 - Mata Norte	19	949
RD 12 - Região Metropolitana	14	2.425
Total	184	12.962

12.962 Idosos participando do SCFV

6.004 são considerados públicos prioritários* (46%)

* Situação de isolamento, vivência de violência ou negligência, em situação de acolhimento, vulnerabilidade no que diz respeito a pessoa com deficiência.

Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas

Serviço constituído por um conjunto de ações realizadas no domicílio da pessoa com deficiência ou idosa, com prazo de duração determinado, visando a prevenção de agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais, bem como a promoção do acesso a direitos e a serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas.

Programas

ACESSUAS Trabalho

O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da integração ao mundo do trabalho.

A iniciativa faz parte de um conjunto de ações de articulação de políticas públicas e de mobilização, encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para acesso a oportunidades afeitas ao trabalho e emprego.

As ações de Inclusão Produtiva compreendem a qualificação técnico-profissional; a intermediação pública de mão-de-obra; o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária; o acesso a direitos sociais relativos ao trabalho (formalização do trabalho); articulação com comerciantes e empresários locais para mapeamento e fomento de oportunidades, entre outros.

Programas

BPC na Escola

O Programa BPC na Escola tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Isso é feito por meio de ações intersetoriais com a participação da União, estados, municípios e do Distrito Federal.

É uma iniciativa interministerial, que envolve os ministérios do Desenvolvimento Social, da Educação, da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos.

Entre os principais objetivos estão a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de Assistência Social, de Educação, de Saúde e de Direitos Humanos.

Programas

BPC Trabalho

Programa BPC Trabalho tem como objetivo promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho.

O BPC Trabalho foi criado para atender prioritariamente beneficiários entre 16 e 45 anos que querem trabalhar, mas encontram dificuldades para obter formação profissional e qualificação para inserção no mercado de trabalho. Para facilitar esse acesso, foram promovidas alterações na legislação referente ao BPC. Desde 2011, o beneficiário com deficiência que ingressa no mundo do trabalho tem o benefício suspenso (e não cancelado) enquanto durar a atividade remunerada. Caso deixe de exercer esta atividade poderá solicitar a reativação do BPC.

O Programa também se articula com o ACESSUAS Trabalho nas ações de mobilização e encaminhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para cursos de capacitação, formação profissional e demais ações de inclusão produtiva. Ao aderir ao ACESSUAS Trabalho, o gestor municipal se compromete também com a execução das ações do BPC Trabalho.

Programas

Programa Criança Feliz

O programa Criança Feliz, lançado em outubro de 2016, tem como ponto central a visita semanal de técnicos às casas das famílias de baixa renda para acompanhar e estimular o desenvolvimento das crianças até os 3 anos de idade. Com o estímulo correto, o governo espera preparar essa geração para vencer a pobreza.

Público-alvo : Gestantes e crianças de 0 a 3 anos de idade inseridas no CadÚnico, e até os 6 anos aquelas crianças com algum tipo de deficiência e que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). E crianças de até 6 anos que estão afastadas do convívio familiar em função de medidas protetivas.

Programas Estadual

Pernambuco no batente-Execução direta-CSU Imbiribeira

O Programa **Pernambuco no Batente**, criado no ano de 2007 pelo Governo do Estado de Pernambuco, é um programa social que tem a finalidade de promover a inclusão social e produtiva da população em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social, inserida no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Seus principais objetivos são: oportunizar qualificação profissional que amplie as condições para geração de renda e inserção no mundo produtivo/mercado de trabalho e contribuir para o empoderamento dos indivíduos e famílias atendidas direta ou indiretamente no Programa.

O programa organiza-se em três módulos que trabalham temáticas e desenvolvem atividades voltadas para o desenvolvimento pessoal, social, técnico, profissional e produtivo.

Programas Estadual

Programa Estadual de transferência de Renda-Décimo terceiro do Bolsa família.

É um Programa Social que paga uma parcela adicional do benefício às pessoas cadastradas no Bolsa Família, de até R\$ 150,00 reais.

As pessoas que ganham menos de R\$ 150,00 reais terão direito a um valor igual ao que recebem mensalmente.

Quem ganha até R\$ 80,00 reais por mês, por exemplo, vai receber mais R\$ 80,00 reais como decimo terceiro. No entanto, esse valor pode chegar até R\$ 150,00 reais se a família cadastrar o CPF na nota fiscal de consumidor eletrônico, ao comprar : Produtos alimentícios, gás de cozinha, calçados, vestuário, material de limpeza, higiene pessoal e medicamentos.

Repasse/2020: Fevereiro- nascidos de jan a abril

Março- nascidos de maio a agosto

Abril- nascidos de setembro a dezembro

Benefícios no SUAS

Os Benefícios Assistenciais integram a política de assistência social e se configuram como **direito do cidadão e dever do Estado**.

São prestados de forma articulada a **inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais**.

Os Benefícios Assistenciais se dividem em duas modalidades direcionadas a públicos específicos:

- **Benefício de Prestação Continuada (BPC);**
- **Benefícios Eventuais.**

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC



O QUE É O BPC ?

É um benefício da Política de Assistência Social, que garante a transferência mensal de 1 (um) Salário Mínimo ao Idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios para prover a própria nem tê-la provida por sua família.

CRITÉRIOS:

- Comprovar renda per capita familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo;
- Estar no Cadastro Único atualizado.

COMO ACESSAR ?

- Orientação nos CRAS;
- Agendamento telefônico 135;
- Atendimento nas agências do INSS;
- Site da Previdência Social
www.previdenciasocial.gov.br

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC



Situação atual de Pernambuco, em relação ao numero de idosos e deficientes que faltam cadastrar/atualizar os dados no CadÚnico:

119.153 beneficiários
idosos e pessoa com
deficiencia



Idéias sobre Rede Socioassistencial

Benefícios Eventuais

São um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimento, mortes, vulnerabilidade temporárias e calamidades pública. Eles são garantidos no âmbito do SUAS e integram as demais provisões da política de Assistência Social.



O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), funciona como um **instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda.**

Podem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda total familiar de até 3 salários mínimos.

Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, Estados ou Municípios.

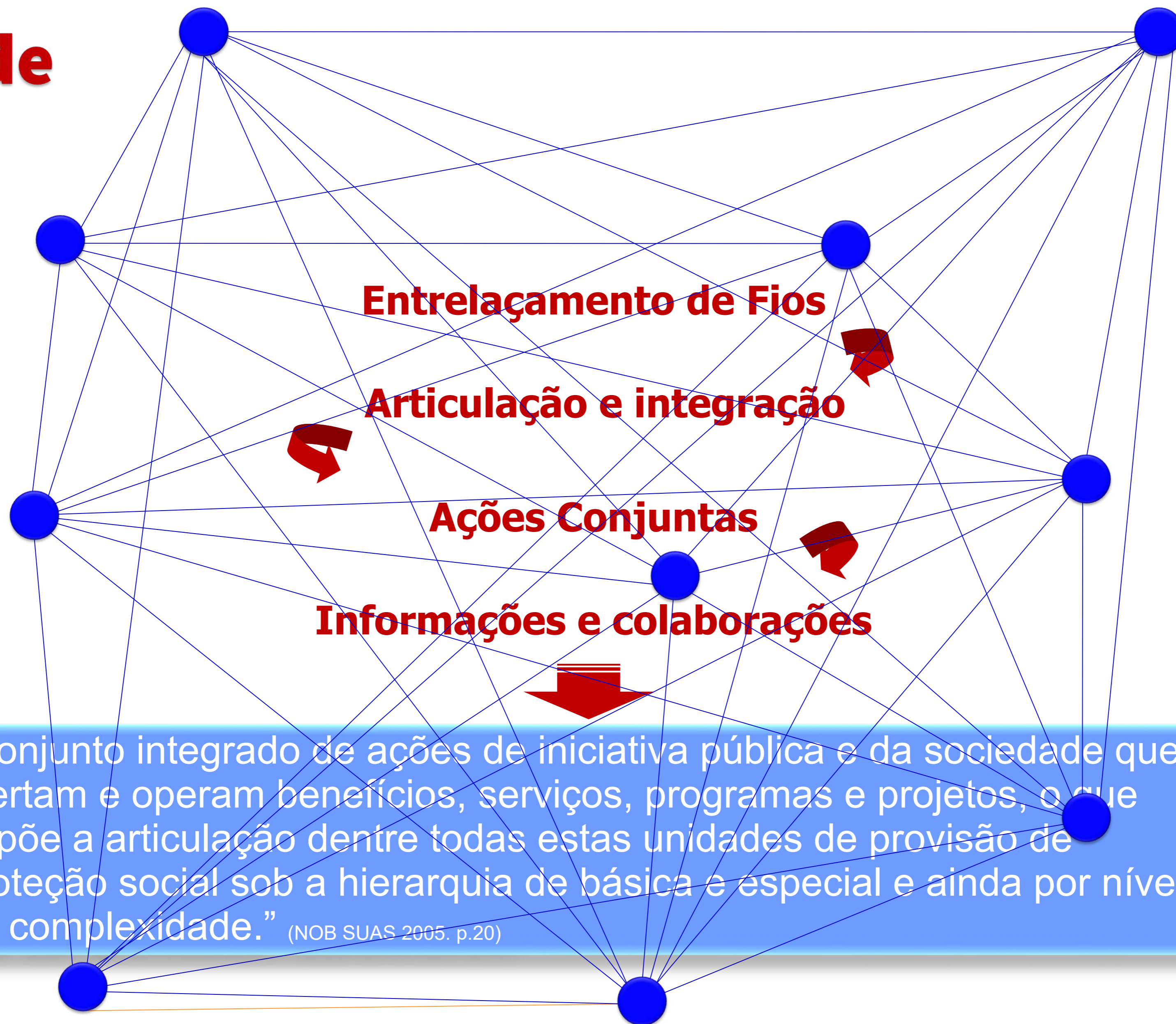
O cadastro é realizado pelo município em Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ou em unidade própria do Cadastro Único e deve estar atualizado sempre até o prazo de 24 meses ou sempre que houver mudanças na família.

Exemplos de Programas e Serviços que utilizam o Cadúnico:

- **Programa Bolsa Família;**
- **Benefício de Prestação Continuada;**
- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;**
- **Tarifa Social de Energia Elétrica;**
- **CNH popular;**
- **Programa Minha Casa Minha Vida;**
- **Isenção de Taxa de Inscrição para Concursos Públicos;**
- **Isenção de Taxa de Inscrição para vestibular em universidades Federais;**
- **Entre outros.**



Rede



Rede Socioassistencial

“Conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.”



Quem



O que



Como

Entidades e Organizações de Assistência Social

Atendimento

Assessoramento

Defesa e garantia de direitos

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, **sem fins lucrativos**, atendimento e assessoramento aos **beneficiários** abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. (Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - LOAS)

Bernardeth Gondim

Coord. Primeira Infância no SUAS/PCF

F: 81.3183.0782/ 0729/0733

E-mail: gpsb@sdscj.pe.gov.br